



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000023419

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002917-33.2011.8.26.0575, da Comarca de São José do Rio Pardo, em que é apelante/apelado ANTÔNIO DE SOUZA RAMOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER.

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Converteram o julgamento em diligência. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANA CATARINA STRAUCH (Presidente sem voto), SERGIO ALFIERI E CAMPOS PETRONI.

São Paulo, 26 de janeiro de 2016

MOURÃO NETO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação sem revisão n. 0002917-33.2011.8.26.0575

Voto n. 10.080

Comarca: São José do Rio Pardo (1ª Vara Judicial)
Apelantes: Antônio de Souza Ramos e Departamento de Estradas
de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP
Apelados: Os mesmos
MMª. Juíza: *Helena Furtado de Albuquerque Cavalcanti*

Civil. Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos causados em acidente de trânsito. Sentença de parcial procedência. Pretensão à reforma manifestada por ambas as partes.

Pretensão do autor ao recebimento de pensão mensal por perda parcial da capacidade laborativa. Laudo pericial que não é conclusivo a respeito.

Necessidade de esclarecimentos por parte do perito, observando-se o § 4º, do artigo 515, do Código de Processo Civil.

CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA.

I – Relatório.

Trata-se de apelações interpostas contra a sentença de fls. 244/247 verso, que julgou parcialmente procedente a ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos causados em acidente de trânsito proposta por Antônio de Souza Ramos em face do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, impondo a este os ônus da sucumbência, arbitrando os honorários correspondentes em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

A apelação do autor pede a reforma parcial da sentença, para que o réu seja condenado " *também quanto ao dano material, tanto de forma emergente quanto cessante, bem como o percentual de redução de sua capacidade laborativa (por volta de 70%) apta a justificar o pensionamento aqui pugnado*" (fls. 250/255).

O apelo do réu pugna pela reforma integral do *decísium*, para que a ação seja julgada improcedente, ou por sua reforma parcial, para reduzir a verba honorária de sucumbência e alterar a disciplina da correção monetária e dos juros de mora, ajustando-a ao que foi definido pelo C. Supremo Tribunal Federal na ADIN n. 4.357 (fls. 257/268).

Recursos recebidos (fls. 269).

Somente o réu ofereceu contrarrazões (fls. 271/276), quedando-se inerte o autor (fls. 277).

II – Fundamentação.

Consoante a petição inicial e os documentos que a instruíram (fls. 2/53), no dia 11 de agosto de 2008, por volta das 22h20min, no acesso 270 da Rodovia SP 350, Antônio de Souza Ramos conduzia a motocicleta marca Honda, modelo CBX 200 Strada, placa CHG 7031, quando colidiu com "*um animal equino fêmea que estava sobre a pista*", daí resultando danos no veículo, além de lesões corporais graves em seu condutor (a égua teve que ser sacrificada).

Com base nesses fatos, a Antônio propôs esta ação indenizatória em face do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, postulando fosse a autarquia condenada ao pagamento das seguintes indenizações: (i) por danos materiais, compreendendo: *(i.1)* todas as despesas com o tratamento médico, cirúrgico, fisioterápico, ambulatorial e/ou psicológico, bem como quaisquer gastos com medicamentos a que está se submetendo ou se submeterá, "*devendo o valor em questão ser definido e liquidado por arbitramento*"; *(i.2)* as despesas decorrentes da substituição do veículo destruído, pagamento de despesas extraordinárias com terceiros, pagamento das despesas com restabelecimento dos documentos do veículo junto aos órgãos de trânsito e demais repartições públicas, "*devendo o valor em questão ser definido e*

liquidado por arbitramento; (i.3) lucros cessantes, advindos da redução de sua capacidade laborativa, mediante pensão mensal calculada com base nos seus rendimentos à época do acidente (R\$ 600,00), abrangendo o período entre o dia do acidente e a data em que completar 72 (setenta e dois) anos; (ii) por danos morais, no montante estimado de 200 (duzentos) salários mínimos, "*equivalentes nesta data a R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), devidamente corrigidos monetariamente pelos índices oficiais e insertos juros de mora a partir do evento danoso*"; e (iii) por danos estéticos, também no importe estimado de 200 (duzentos) salários mínimos e com juros de mora e correção monetária desde a data do acidente.

O réu ofereceu contestação, pugnando pela improcedência da demanda, discorrendo sobre: (i) a teoria do risco administrativo; (ii) a inexistência do dever de indenizar; e (iii) a inexistência do dever de indenizar por danos morais. Também teceu considerações acerca valores pleiteados pelo autor, a título de lucros cessantes, danos emergentes e danos estéticos, bem como a respeito dos juros de mora e da correção monetária (fls. 63/79).

Durante a instrução processual o autor foi submetido à perícia médica, conforme laudo pericial encartado a fls. 168/170. Foram juntados novos documentos aos autos (fls. 186/188, 190, 199/200 e 210). E na audiência de instrução três testemunhas prestaram depoimento (fls. 225/231).

A sentença guerreada julgou a ação procedente em parte, "*para condenar a ré no pagamento ao autor da importância de: a) R\$ 3.894,00 a título de danos materiais ocasionados na motocicleta, e b) R\$ 50.000,00 a título de danos morais e estéticos*", explicitando que "*os danos materiais serão corrigidos monetariamente pela Tabela do TJSP e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do acidente*", enquanto "*os danos morais e estéticos serão corrigidos monetariamente pela Tabela do TJSP a partir desta sentença, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a contar da data do acidente*" (fls. 244/247 verso).

Nenhuma das partes se conformou com a solução conferida ao litígio: enquanto o autor pede a reforma parcial da sentença, para que o réu seja condenado "*também quanto ao dano material, tanto de forma emergente quanto cessante, bem como o percentual de redução de sua capacidade laborativa (por volta de 70%) apta a justificar o pensionamento aqui pugnado*" (fls. 250/255), o réu pugna pela reforma integral do *decísium*, para que a ação seja julgada improcedente, ou por sua reforma parcial, para reduzir a verba honorária de sucumbência e alterar a disciplina da correção monetária e dos juros de mora (fls. 257/268).

Este julgamento deve ser convertido em diligência, como permite o artigo 515, § 4º, do Código de Processo Civil.

Como se depreende do relatório processual apresentado, o autor postulou a condenação do réu ao pagamento de lucros cessantes, advindos da redução de sua capacidade laborativa, mediante pensão mensal calculada com base nos seus rendimentos à época do acidente (R\$ 600,00), abrangendo o período entre o dia do acidente e a data em que completar 72 (setenta e dois) anos.

Essa pretensão não foi acolhida pelo Juízo *a quo*, dando ensejo à apelação do autor, que insiste que o réu seja condenado "*também quanto ao dano material, tanto de forma emergente quanto cessante, bem como o percentual de redução de sua capacidade laborativa (por volta de 70%) apta a justificar o pensionamento aqui pugnado*" (fls. 250/255).

Ocorre, todavia, que a perícia médica a que se submeteu o autor concluiu que houve comprometimento do patrimônio físico do autor, "*na forma de fraturas nos ossos da face e, como seqüela, apresenta amaurose do olho esquerdo, perda de sensibilidade do 4º quirodáctilo da mão esquerda e defeito da face – cicatriz cirúrgica no couro cabeludo, escondida pelo cabelo e, enoftalmia e distopia*", aduzindo, ainda, que "*sua incapacidade para o trabalho é parcial e definitiva*" (fls. 170).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O perito não apontou, como se vê, o grau de perda da capacidade laborativa do autor.

Como se trata de informação indispensável à resolução do litígio, o julgamento deste recurso deve ser postergado, até que venha aos autos essa definição, sobretudo na consideração de que "*nos processos sob procedimento comum sumário, referidos no art. 275, inciso II, alíneas 'd' e 'e' desta Lei, é defesa a sentença ilíquida*", como preceitua o artigo 475-A, § 3º, do Código de Processo Civil.

III – Conclusão.

Diante do exposto, converte-se o julgamento em diligência para que o perito Antônio José Lopes Ferrari (fls. 168/170) seja intimado nesta sede recursal pelo correio e por telefone e defina, fundamentadamente e observando o prazo de 30 (trinta) dias, o grau de incapacidade laborativa do autor.

MOURÃO NETO
Relator